

OS QUARTÉIS E A SUA EVOLUÇÃO TIPOLÓGICA NAS PRAÇAS-FORTES DO ALENTEJO

Margarida Valla

Licenciada em Arquitectura,
doutorada em História de Arte na FLUL



Licenciada em Arquitectura, doutorada em História de Arte na FLUL (2008). Foi Professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada e. Coordenadora de História e Teoria de Arquitectura na Universidade Lusófona em Lisboa.

Desenvolveu projectos de investigação sobre as características morfológicas das cidades em Portugal e outros territórios Além-Mar, de que resultaram várias publicações. No âmbito do Doutoramento sobre a Fortificação Moderna e o papel dos engenheiros militares em Portugal tem vindo a publicar textos e participado em seminários. Como membro do Artis/IHA/FLUL realizou um POS-DOC sobre as “Praças-Fortes do Alentejo: Arquitectura e Urbanismo Militar” na perspectiva de valorização do Património Militar.

RESUMO

O património legado pelo sistema abaluartado corresponde ao valor científico que a arquitectura militar adquiriu na Idade Moderna, desenvolvendo em paralelo tipologias de edificios militares que passaram a constituir um património arquitectónico caracterizado pela sua racionalidade e diversidade enquadrado no tecido urbano.

Em Portugal, a partir da Restauração em 1640, o alojamento da guarnição permanente nas designadas Praças-Fortes foi uma prioridade na política militar. No Alentejo, província onde houve um grande investimento nesse período, os primeiros ensaios correspondem a tipologias de arquitectura vernacular, mas com a consolidação do exército, os quartéis vão afirmar uma arquitectura erudita aplicada também em outras estruturas militares, perfazendo uma especialidade no percurso dos engenheiros militares bem expressa nas principais praças fortificadas nesta região.

1 – O SISTEMA DEFENSIVO DO ALENTEJO

Os conflitos na Europa que desencadearam a Guerra dos Trinta Anos (1618-48) exigiram a formação de um exército adequado à progressão da ciência da balística, e que constituíssem guarnições permanentes nas cidades que tinham um papel fundamental na defesa territorial de cada nação. Essas estruturas consistiam na primeira defesa nas designadas Praças-Fortes, que funcionavam como um sistema e subsistemas, por isso garantiam o auxílio a outras cidades se fosse necessário em caso de ataque.

A cidade de Palmanova, na fronteira da região de Veneza, edificada em 1593 e atribuída a Scamozzi, apresentava uma estrutura ideal, baseada em seis ruas principais, que partindo da praça central se dirigiam para os baluartes, exercendo desta forma um controlo da periferia militar para o centro onde se localizava uma torre de vigia. Esta periferia junto á Estradas de Armas cidade era composta por armazéns e quartéis que eram demonstrativos da permanência duma guarnição militar que ficará sempre associada à construção da Praça-forte seiscentista. A cidade de Palmanova serviria de exemplo para a tratadística de fortificação do século XVII, sendo descrita pelo engenheiro-mór do reino, Luís Serrão Pimentel, como a cidade ideal fortificada (Pimental, 1993, Proémio).

Na Europa, a evolução do Estado Moderno nos séculos XVII e XVIII privilegiava os exércitos, de que foi exemplo a Neuf-Brisach (1698), desenhada pelo General Vauban, apresentando um traçado ortogonal, e com uma componente militar acentuada. A cidade foi projectada para 6.000 a 17.000 militares e 10.000 a 15.000 habitantes, cujo cálculo era baseado no equilíbrio entre a população civil e militar, de forma que os habitantes não exercessem demasiada pressão sobre o governador na capitulação da Praça. Esta dimensão da guarnição permanente obrigou à edificação de inúmeros equipamentos militares, que para além de se instalarem junto à Estrada de Armas, como os armazéns e quartéis, também marcaram presença na praça central, através da Casa do Governador, e todos os órgãos militares de comando, assim como o Arsenal. Os edifícios militares projectados pelo General Vauban, traduzem uma arquitectura erudita e racionalizada, que retoma alguns elementos da arquitectura clássica como os pórticos, e traduz uma uniformização nas fachadas que identifica o Iluminismo oitocentista.

No período da Guerra da Restauração em Portugal foi necessário a reformulação de todo o sistema defensivo da fronteira, como a escolha prioritária da defesa do Alentejo, que levou a conflitos constantes com a Estremadura espanhola entre 1640-1668. Em 1644, o Conde de Alegrete, Governador das Armas do Alentejo, afirma que para além de Elvas, como a Praça principal era necessário fortificar Campo Maior, Olivença, Castelo de Vide, Moura, Vila Viçosa, Estremoz para assegurar a defesa daquela região¹ (fig. 1).

As primeiras obras, como o levantamento de trincheiras, obrigavam ao recrutamento das populações e de impostos para financiar essas despesas com pessoal e materiais, que tiveram início desde a proclamação da soberania da Casa de Bragança. Também foram decretadas leis para recrutamento de soldados para as guarnições nas vilas, e formação do exército, como uma forma de demonstração que o Reino estava preparado para defender todo o território, sobretudo acentuava-se a defesa da raia para segurança das populações dessa região. Numa segunda fase a manutenção duma guarnição, assim como a sua formação requereu uma estrutura militar que foi crescendo, exigindo equipamentos e um maior número de militares. Em paralelo, a evolução da Fortificação Moderna exigia uma reformulação constante do sistema de defesa através da edificação de obras exteriores de forma que a Praça-Forte fosse inexpugnável.

Depois da Batalha das Linhas de Elvas (1659), que foi uma demonstração que o exército português, comandado pelo Conde de Cantanhede, D. António de Meneses, estava preparado para enfrentar as tropas castelhanas dirigidas por D. Luís de Haro, houve uma política mais incisiva para fortificar todas as praças junto à raia, abrangendo Ouguela, Marvão, no Alto Alentejo, e Monsaraz, Mourão, Juromenha no Baixo Alentejo, e decidiu-se investir na fortificação de Estremoz, como Praça de retaguarda onde se alojava o exército, funcionando como Quartel-General do Alentejo.

Várias questões foram levantadas neste período de guerras, como a aprovação das obras pelo Conselho da Guerra que poderia implicar a destruição de bairros e expropriações de terrenos, assim como o financiamento das obras dependia de inúmeros impostos como o "*Real de Água*", e que levaram a dis-

(1) *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e D. Afonso VI*, Vol.I, 1940. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 5

cussões constantes entre os órgãos centrais, os Governadores das Praças e a própria população.

Em paralelo com as obras de fortificação, os ataques sucessivos pela coroa espanhola, após de ter assinado a paz com a França no Tratado Pirenéus (1659), vai obrigar a uma reorganização do exército português. O Conde de Shomberg, alemão, é contratado para essa tarefa em 1660, e nomeado Mestre de Campo General da província do Alentejo, substituindo o Conde Cantanhede, e chamava a atenção para a necessidade de preparar e mobilizar os terços auxiliares para responder aos ataques inimigos, mas a Corte ou o Conselho da Guerra só actuava quando era necessário responder no terreno por motivos financeiros (Costa, 2001, p. 109). Após a vitória na Batalha do Ameixial (1663), e na Batalha de Montes Claros (1665), que levou ao recuo das tropas castelhanas de regresso a Badajoz, o tratado de paz com Castela foi assinado em 1668.

Depois da Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1712), com a invasão no Alto Alentejo pela tropas espanholas de Filipe V, que só foi terminada com o Tratado de Utrecht (1713), e no período da Guerra dos Sete Anos, estas Praças-Fortes sofreram várias destruições, e os troços de muralhas eram constantemente reparados num processo contínuo de melhoramentos. O exército também foi novamente reformulado pelo Conde de Lippe, nomeado Comandante-Chefe do Exército Português em 1762, que vai exigir infra-estruturas militares cada vez mais consolidadas. No início XIX, com as invasões francesas, a estratégia da defesa do território era a concentração de regimentos em determinadas Praças, e algumas perdem importância como Moura, e Castelo de Vide no Alentejo.

A reorganização do Exército durante estes séculos vai obrigar à edificação de equipamentos militares de forma que funcionem como estruturas independentes, e se afirmem como uma arquitectura erudita desenhada pelos engenheiros militares e que se confronta com a arquitectura civil e religiosa no mesmo espaço urbano.

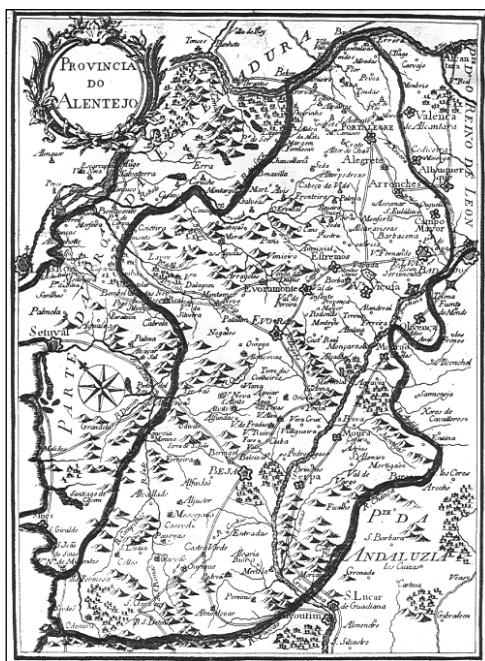


Fig. 1 - “Província do Alentejo”, Mappa de Portugal antigo e moderno
João Baptista de Castro, 1762, BNP - C.A. 611 P.

2 – A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO E O EQUIPAMENTO MILITAR

O exército que se formou após a Restauração de 1640 era subordinado ao Conselho da Guerra, que nomeava o Engenheiro-mór, os Governadores das Armas para cada província, divididas em comarcas compostas por companhias de Ordenanças. Cada comarca era comandada pelo Mestre de Campo, que era escolhido pelo seu talento e pelo seu estatuto na nobreza, e também eram nomeados o sargento-mór, dois ajudantes, e o capitão (Conde de Ericeira, vol.I, p.231). Essas ordenanças, continham os Terços pagos, formadas pelos filhos segundos de todas as classes, excluindo os filhos de viúvas e lavradores, e os Terços auxiliares, ou milícias que incluíam todos os lavradores, assim como os homens casados que eram chamados em caso de guerra ou defesa da sua própria vila ou cidade ou da região, principalmente para acudir na fronteira na ocasião da guerra ofensiva como defensiva. O Alentejo era a província que tinha exércitos de maior dimensão, e desde 1642 estava previsto que o exército fosse composto por 12 mil infantes e 1500 cavalos (Dores, 2001, p. 88).

O exército português era assim formado por forças permanentes e por forças milicianas que eram chamadas em situações de perigo. Nas batalhas mais importantes que se verificaram no Alentejo, foram deslocadas terços e ordenanças de outras províncias, como se verificou na Batalha do Ameixial (1663), com o apoio das estruturas militares da Beira e da Estremadura (Dores, op.cit., p.91). Esta grande questão da estrutura do exército, iria implicar, não só custos para aqueles que eram pagos e que começavam uma carreira militar, como também a instalação de infra-estruturas militares que implicava armazéns para munições e armas, assim como o alojamento seria uma das maiores preocupações que levantou inúmeras questões.

As regras de recrutamento dos soldados à população civil foi um problema constante nas guerras da Restauração, onde o poder central tinha que responder às várias solicitações dos Governadores das Armas, que reclamavam da falta dos terços auxiliares e da dificuldade de se cumprir as ordens aprovadas, com queixas sucessivas das populações que muitas vezes não aceitava, que levou nalguns casos ao abandono da produção agrícola, que tinham que gerir em simultâneo (Costa, 2001, p.101). Mas o problema do alojamento militar não se colocava nesta situação, mas somente aos terços pagos que tinham que se deslocar para outros locais longe da sua residência, e que a população local tinha, nos primeiros tempos, que albergar nas suas habitações, duplicando desta forma a pressão sobre a região fronteiriça.

O alojamento podia ser temporário, como uma permanência de uma armada em trânsito, mas depois de concluídas as campanhas de verão teriam que ficar aquartelados em permanência numa determinada vila. As Câmaras procuraram efectivar as ordens, ou por outro lado promoviam protestos contra as excepções estabelecidas de isenção de alojamentos para os eclesiásticos, fidalgos e militares, apoiando a contestação permanente dos moradores.

A dificuldade de alojamento podia promover privilégios em troca de outros favores como a isenção de servirem como soldados, mas também poderia levar à implementação de um imposto. Esta situação foi resolvida caso a caso, conforme as atitudes dos munícipes, muitas vezes preocupados com os abusos dos próprios soldados, em diversas situações. Para além das casas civis, também outros lugares poderiam ter essa função, como ermidas, casa abandonadas, ou barracas como espaços temporários, e posteriormente são os quartéis, as estruturas construídas para esse efeito, mas vão ter graves problemas financeiros para sua execução (Cortés, 1990, p. 62-63). Estas dificuldades

irão provocar algum despovoamento, também referente à obrigação da constituição dos terços auxiliares, e à destruição de habitações consequência de ataques inimigos. Para além dos conflitos institucionais entre o poder local e o governo militar, também se acrescentam os conflitos sociais que irão ocorrer entre os civis e os militares.

3- OS ENSAIOS TIPOLÓGICOS DOS QUARTÉIS NO ALENTEJO.

A permanência do exército na Praça-Forte, obrigou a criar infra-estruturas próprias que os poderes locais, o comércio, e a população não tinham capacidade de resposta. Eram necessários grandes armazéns para armas, munições e alimentos, que deram origem a diferentes tipologias arquitectónicas para corresponderem a cada função específica, e cujos projectos seriam desenhados pelos engenheiros militares, que seriam os técnicos mais habilitados para o efeito como afirma o engenheiro-mór Manuel de Azevedo Fortes (FORTES, 1993, p.427). As várias tipologias dos edifícios correspondiam a funções diferenciadas como o hospital militar, o quartel, o trem (armazém de armas), o arsenal (fábrica e armazém de armas), e o paíol (armazém da pólvora), para além de edifícios complementares como o assento (armazém de víveres), padarias, cantinas, palheiros e cavalariças.

Estes edifícios militares desenvolveram o projecto-tipo, um modelo que correspondia a cada função específica e que se aplicava em diversos locais. A uniformidade era uma premissa na arquitectura dos edifícios militares, estes equipamentos, alguns de grande dimensão, teriam que sobrevalorizar a economia do processo construtivo, com a repetição de elementos arquitectónicos, e a funcionalidade imprimia à estética essa linguagem racionalizada. São os quartéis, os edifícios que melhor representam essa nova concepção de projectar e construir.

Os primeiros quartéis foram construídos por Carlos V, depois aplicados em todas as Praças-Fortes. Estes edifícios subdividiam-se segundo as patentes, como soldados ou oficiais, e ainda às diferentes armas existentes no exército, como a infantaria, cavalaria ou artilharia, que obrigavam os respectivos regimentos a habitarem em quartéis separados, assim como da população. O engenheiro-mór Manuel de Azevedo Fortes recomendava que o lugar próprio para os quartéis eram as cortinas, debaixo dos terraplenos, substituindo a es-

carpa interior por um contra-muro que continha as portas e janelas, e ainda recomendava que os tectos fossem em abóbada².

Numa cidadela, estas estruturas funcionavam numa área limitada, como um bairro autónomo mas complementar da urbe. No Alentejo, a fortaleza renascentista de Vila Viçosa manteve sempre essa sua função, mas nas outras Praças-Fortes as primeiras instalações militares ocuparam o castelejo, e posteriormente abrangeram todo o recinto medieval. Após as guerras da Restauração, em paralelo com a consolidação da nova cintura de muralhas nas décadas seguintes, estes equipamentos foram se estabelecendo junto às muralhas e criavam um território, ou seja, uma periferia militar que se confrontava com a periferia urbana adjacente, mas se os edifícios militares invadiam o tecido urbano marcavam a sua presença pela sua forma e linguagem arquitectónica específica.

Em Juromenha, os edifícios militares anexaram-se às cortinas exteriores das muralhas medievais, como armazéns e quartéis, mas posteriormente foram ocupando todo o espaço urbano após a explosão do paiol em 1659, como a Casa do Governador e armazéns que se afirmaram na praça central. (Valla, 2009, pp.225-7). A guarnição de Juromenha foi reforçada após a tomada de Olivença em 1662, “*é o seu recinto tão pequeno, q o alojamento que tinha a sua guarnição era a sua muralha*” (Cunha, 1663, pp.7-8).

Como já foi referido, foram os quartéis os primeiros equipamentos a serem edificados em Portugal, pela pressão das populações. Em 1646, as queixas dos moradores de Olivença chegavam ao Conselho da Guerra³. Assim como a população de Moura quis contribuir para a realização de quartéis em 1646,

(2) “*O mais próprio lugar para estes quartéis são as cortinas, fazendo-se debaixo dos terraplenos, para cujo effeito em lugar da escarpa anterior do reparo se faz hum contra-muro, e nelle as portas, e janellas dos quartéis que devem ser feitos com suas abobedas, e ante-paredes, da mesma sorte*”, Manuel de Azevedo Fortes, *op. cit.*, pp.309-310.

(3) O despacho do rei D. João IV, em Abril de 1646, dizia o seguinte: *Que se mandassem fazer quartéis na praça de Olivença, a fim de ser alojada a gente de guerra, applicando-se para esta obra os dois reaes de agua que pagavam os moradores*”, cfr. Cláudio de Chaby, *Synopse dos Decretos Remetidos ao Extinto Conselho da Guerra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1872. Em 1649, o Rei escrevia a Joanne Mendes de Vasconcellos: *Com esta se vos entregarão quatro mil cruzados que mandareis entregar a parte ao thezoureiro das fortificações, e são destinadamente para os alojamentos da cavallaria que mando fazer em Elvas, Olivença, Campo Mayor*”, cfr. *Cartas de El-Rei D. João IV Para Diversas Autoridades do Reino*, pref. P. M. Laranjo, 1940., Lisboa: APH, p.70.

mas que não foi cumprida. (Borges, p.205-6). Este foi o início de várias solicitações dos moradores das Praças-Fortes que começavam a reagir à invasão da sua privacidade. Em Maio de 1655, foram dadas ordens a fim de libertar as populações desse encargo: *“se tratasse logo cõ effeito da obra do quartel e alojam.to dos soldados”* (Chaby, 1872, Synopse nº 24 de 1655).

Os primeiros quartéis a serem edificados, como resposta à problemática do alojamento da guarnição militar instalada na Praça-Forte, como se verifica em Elvas, Estremoz, e Campo Maior, correspondem a tipologias de arquitectura vernacular do Alentejo, numa época em que os engenheiros militares dedicavam-se apenas à elaboração do sistema defensivo. Os materiais utilizados como a cal, e sobretudo a sua linguagem arquitectónica reproduzia elementos regionais, onde se salienta sobretudo as chaminés que reflectiam a repetição do módulo do alojamento. Este modelo era uma forma de integração das estruturas militares no espaço urbano, num diálogo com as outras edificações habitacionais que prevaleciam na vila ou cidade.

Por outro lado, a fórmula tipológica da multiplicação do módulo é significativa da racionalidade que vai ser sempre a matriz dos quartéis, que se vão desenvolver nas décadas seguintes. Os quartéis sofrem uma evolução significativa na sua organização espacial e nas suas infra-estruturas que correspondem a melhores condições de higiene, desenvolvida pelos engenheiros militares que se tornam peritos nessas áreas. A sua linguagem arquitectónica mais erudita a partir do final do século XVII, também é representativa da arquitectura classicista, onde a uniformidade nas fachadas se afirma, assim como é anunciada por elementos como portais ou escadarias.

3.1 -Elvas

A cidade de Elvas designada como a Praça-Chave do Alentejo, terá iniciado o seu sistema de fortificação em 1644, desenhado pelo padre jesuíta Cosmader, que correspondia à cerca fernandina, de grande dimensão, que exigia a necessidade de uma grande guarnição. As queixas constantes da população, quanto ao alojamento obrigatório dos soldados nas habitações e quanto à isenção da gente nobre, oficiais de justiça entre outros de darem guarda, pressionou o rei D. João IV, em 1643, a ordenar ao Governador de Armas,

Martim Afonso de Mello que todos fossem obrigados a essa tarefa⁴. Em 6 de Maio de 1645, era encomendado a Cosmader, que para além das obras das fortificações de Elvas e da edificação do Forte St^a. Luzi,a “*se procedesse com brevidade à construção de alojamentos e estrabarias, afim de se atender aos sacrificios feitos pelos moradores e à melhor conservação e comodidade dos soldados e dos cavalos*” (Sepúlveda, 1923, Vol. IX, p.48).

Os primeiros quartéis que davam alojamento a uma guarnição de 2.000 homens foram construídos a partir de 1644, como os quartéis da Corujeira, e da Rua Nova de São Martinho que foram finalizados em 1656. Estes quartéis correspondem aos primeiros modelos aplicados em Portugal, e já existiam durante o cerco das *Linhas de Elvas*, tipologias arquitectónicas que ainda hoje marcam a imagem de Elvas (fig.2,3) O exército português que tinha sitiado Badajoz, teve que se instalar nos conventos e casas particulares durante todo esse período (Gama, 1965, pp.17-18). Os quartéis do Castelo, hoje demolidos, foram edificados a partir de 1665, outros pequenos quartéis distribuíram-se pela cidade de forma albergar uma guarnição que crescia em dimensão interagindo com o espaço urbano.

A repetição do módulo reflectia-se no ritmo das fachadas, com um ou dois pisos, bem acentuada pela representação das chaminés, que se podia multiplicar à medida das necessidades, que exprimiam essa racionalização no processo construtivo, cujos elementos como janelas e portas tinham a mesma dimensão criando um processo mais rápido e económico de produção.

Nos quartéis de São Martinho é projectada uma galeria de acesso ao segundo piso que demonstra uma evolução tipológica desta estrutura militar, evitando a multiplicação de escadas interiores, o elemento mais oneroso e complexo na arquitectura. Em Portugal, este modelo aplicava-se em qualquer situação, e era constituído por uma escada central ou lateral que dava acesso a uma galeria de distribuição às várias células, que poderia ser interior ou exterior ao edifício. Essas galerias exteriores ou interiores acompanhavam o comprimento do edifício, ou nalguns casos também se desenvolviam em torno de um pátio.

(4) *vos mando, que acompanhando-vos com os officiaes, que fizerão o dito alojamento, ordeneis que se faça com toda a igoaldade, sem excepção de pessoa, para que assi cessem as queixa*, Luís Marinho de Azevedo, *Commentarios dos Valerosos Feitos, que os Portuguezes Obraram em Defesa de Seu Rey*, Lisboa, 1644, B.P.D.V.V., Ms 106., p. 174.

O Quartel dos Artilheiros ou das Balas foi erguido após a Batalha das Linhas de Elvas (1659), e apresenta a localização ideal para a construção dos quartéis, inseridos nas cortinas, com abóbadas, reafirmado na tratadística da Fortificação Moderna (fig. 4). Esta tipologia apresenta só um piso, marcado pelo ritmo das portas, e onde as chaminés são integradas na volumetria associada às cortinas.

Outro exemplo da edificação de quartéis adossados às muralhas, é bem expressa nos Quartéis do Casarão, edificados junto ao convento de S. Domingues, inseridos na coroadura, como obra exterior projectada por Nicolau de Langres, e iniciaram-se em 1767, de autoria do engenheiro militar francês Guillaume Valleré que acompanhou as obras do Forte da Graça. Este edifício composto por 46 casernas, apresentava uma galeria interior de distribuição com fenestrações que marcavam o ritmo da fachada. Em paralelo com a sua função de alojamento, continha armazéns de víveres, cozinha e outras arrecadações que determinava uma certa autonomia como equipamento militar. Na fachada, são introduzidos alguns elementos decorativos, que lhe confere características mais nobres, que protagonizavam a elevação do exército na estrutura do Estado (fig. 5). A sua maior expressão é a fonte e a escadaria monumental que marca a centralidade do conjunto, composto por dois corpos e onde se situava o posto de comando (fig. 6).

Para além do Hospital Militar, todos os outros equipamentos foram erguidos no final do séc. XVII e no séc. XVIII como o Assento, o Trem, implantados junto à Estrada de Armas que perfaziam uma periferia militar bem acentuada, onde foram erguidos em 1737, os Quartéis do Calvário anexados ao Trem. A Casa do Governo Militar, localizava-se junto aos quartéis de S. João da Corujeira, inserida no primeiro núcleo habitacional da cidade de Elvas. Esta distribuição dos edifícios militares, preferencialmente junto à Estrada de Armas, correspondia ao funcionamento ideal de uma Praça-Forte, assim como as várias tipologias e funções que as construções apresentavam, correspondiam à diversidade dos equipamentos que o poder militar exigia na Idade Moderna (Valla, 2008, p.42)



Fig. 2. Quartéis da Corujeira



Fig. 3. Quartéis de São Martinho



Fig. 4. Quartéis das Balas ou dos Artilheiros

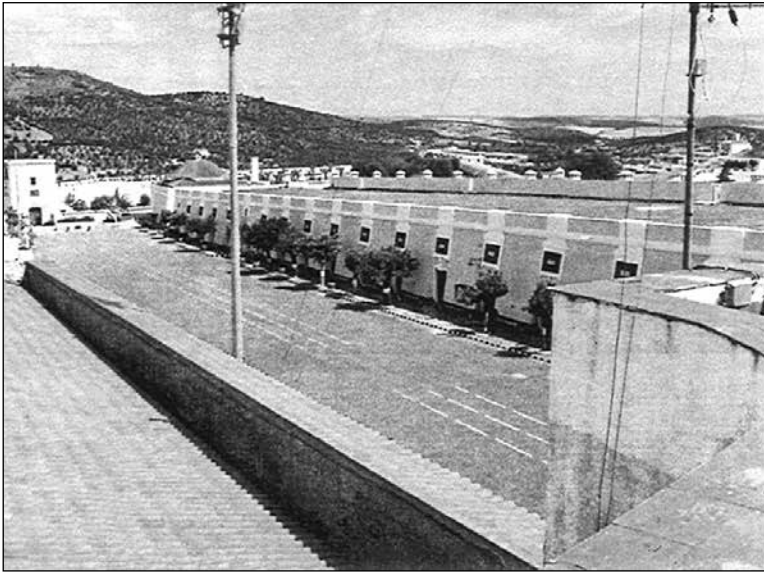


Fig. 5. Quartéis do Casarão, Valleré, 1767.



Fig. 6. Quartéis do Casarão, Valleré, 1767.

3.2- Campo Maior

A vila de Campo Maior foi a Praça-Forte mais importante a Norte de Elvas, denominada “Porto Real de Alfandega”, sofreu um crescimento significativo de população a partir do século XVI, aumentando a sua área urbana exterior ao recinto medieval. Os edifícios principais, como a Câmara Municipal e Igreja Matriz, deslocaram-se nos finais do séc. XVI, para essa zona consolidando esse território, o que obrigou a nova linha de fortificação moderna fosse bastante dilatada, e fomentou discussões face à proposta de Cosmander e outra de Nicolau de Langres, abrangendo destruições de casas e um convento.

O equipamento militar começou por se instalar no castelejo, onde se localizava o paiol e armazéns mas foi alargando a sua área, anexando os quartéis às muralhas medievais, assim como as cavalaria e Corpo da Guarda Principal instalaram-se junto a esta cerca no exterior, ocupando as instalações dos antigos Paços do Concelho (fig.7). Esses quartéis também se identificam com a arquitectura vernacular, pelos materiais aplicados como a cal, apresenta dois pisos com contrafortes acentuados para suporte das muralhas, e o ritmo das portas e janelas insere-se no modelo já referido, e que se vai aplicar nas principais praças fortificadas que necessitavam de forte guarnições (fig.8). Os quartéis do Tronco localizam-se junto à Praça Velha, antigo Terreiro, eram destinados ao regimento da cavalaria, apresentavam apenas um piso térreo de grande comprimento onde era acentuado o ritmo das portas e sobretudo das chaminés na fachada principal (fig.9).

Após vários ataques, como cerco do Marquês de Bay durante a Guerra da Sucessão de Espanha em 1712, trouxe algumas destruições mas foi de facto a explosão do paiol no Castelo em 1732 que veio desertificar todo o núcleo medieval, e a destruição de inúmeras habitações e edifícios públicos e religiosos no tecido urbano. No recinto medieval vão se construir armazéns, como o Trem, e afirmou-se definitivamente uma área militar como uma verdadeira cidadela ou Praça de Armas, onde se vão também instalar posteriormente outros quartéis (Valla, 1999, p.63). Em paralelo a edificação do Assento, como armazém de víveres, vai marcar uma presença forte no espaço urbano representado pelo grande portal que identifica os equipamentos militares do reinado de D. João V. O engenheiro-mór Manuel de Azevedo Fortes acompanhou estas obras, assim como a reabilitação das igrejas e Paços do Conselho.

Na Estrada de Armas que circunda o perímetro urbano, também o Hospital militar e outros quartéis foram edificados junto ao baluarte de S. João. Por se situarem junto ao fosso, onde se concentrava uma área alagada por uma ribeira, foram denominados Quartéis do Lago, e apresentavam uma galeria de acesso ao primeiro piso que se configurava em torno dum pátio, composto por pequenas casernas. Este complexo hoje funciona como um núcleo habitacional integrado na paisagem urbana de Campo Maior. (fig. 10).



Fig. 7. Núcleo medieval (Cidadela)



Fig. 8. Quartéis anexos ao núcleo medieval



Fig. 9. Quartéis do Tronco



Fig. 10. Quartéis do Lago

3.3 - Castelo de Vide

No Alto Alentejo a primeira linha de defesa foi formada por Elvas, Olivença, Juromenha, Campo Maior e Ouguela, mas uma segunda linha a Norte era composta por Castelo de Vide, como a principal defesa desse território, Marvão como sentinela avançada no território, Arronches como praça de retaguarda, e a cidade de Portalegre com base logística (Lobo, 2008, p.29).

Em Marvão, a guarnição instalou-se no Castelo medieval e o seu novo sistema de defesa baseou-se no reforço da cerca de muralhas antigas onde se acrescentaram alguns baluartes. Em Ouguela, como Juromenha, o núcleo medieval foi sendo ocupado pelas estruturas militares, obrigando a população a deslocar-se para os arrabaldes.

Em Castelo de Vide, a sua guarnição também se instalou numa primeira fase no castelejo, através da edificação de armazéns. O exército em Castelo de Vide, em 1642, era já composto por 1.500 homens que defendiam a vila levantando trincheiras em terra. Em 1646, os procuradores da Câmara solicitaram financiamento para obras mais perenes, face aos ataques sucessivos de que a vila tinha sido alvo, e após várias discussões entre os projectos apresentados, que abrangia uma cintura de fortificações muito extensa, que incluía o castelo medieval e toda a sua área urbana exterior que se expandiu para Sul e uma obra exterior, a cobrir o convento de S. Francisco. O engenheiro militar Nicolau de Langres apresenta uma planta no seu código de desenhos, afirmando que o projecto definitivo fora aprovado (1652), e que a guarnição era composta por um regimento de infantaria e três regimentos de cavalaria (Langres, c. 1660, Estampa VIII).

Todas estas obras, foram acompanhadas por Luís Serrão Pimentel, nomeado engenheiro-mór do Alentejo em 1663, e foram executadas através de receitas excepcionais que a população contribuiu, assim como só em 1684, a população foi desobrigada de dar alojamento (aboletamento das tropas), também através da aplicação de impostos sobre as suas produções: “2 reis em cada arrátel de carne verde, 1 em carne de porco e 4 em canada vinho” (Videira, 1908, p. 69).

Depois da tomada de Castelo de Vide em 1704 pelas tropas espanholas, e após a grande explosão da Torre de Menagem em 1705, houve uma reformulação no sistema fortificado entre 1705-1710 acompanhada por Manuel de Azevedo Fortes, que foi governador dessa Praça nesse período, e nomeado engenheiro-mór do Reino em 1719. O recinto medieval muralhado também foi reforçado com sete pequenos baluartes, funcionando como uma verdadeira cidadela e os equipamentos militares aumentaram dentro desse espaço, e outros foram construídos no corpo principal da vila (fig.11).

O Regimento de Infantaria foi muito importante para a defesa de Castelo de Vide e da região que reforçou todo o equipamento militar na cidadela. Os quartéis anexados às muralhas medievais traduzem essa arquitectura vernacular integrada nesse recinto, e correspondiam à mesma tipologia dos edificadas em Elvas (fig.12). Outros quartéis concluídos em 1714 junto à Porta de S. Pedro na Estrada de Armas, cujo troço se denominou Rua de Infantaria, já apresentavam uma tipologia de dois pisos, mais erudita, e contemplava casernas para um número maior de militares em cada compartimento.

Na Guerra das Laranjas, em 1801, o exército espanhol invadiu as terras portuguesas, conquistando todas as praças cidades e vilas junto à raia, como Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, e a fortificação desta vila é relatada nesse período por um militar espanhol, que destaca o seu bom estado de conservação, e o grande número de equipamento militares que existiam na Praça-Forte, como armazéns, e cavalaria e dois quartéis que podem acomodar-se 60 homens (Ventura 1993, pp., 273-5).

Em 1805, Castelo de Vide, deixou de ser Praça de Guerra, face à nova estratégia de defesa do território em Portugal. Neste contexto, o Regimento de Infantaria alojado nesta vila, que ainda fez resistência às invasões francesas em 1807, foi deslocado para Évora e depois para Estremoz em 1834, o que provocaria algumas contestações por parte da autarquia e da população. Os quartéis e outros armazéns foram destruídos, assim como as portas e corpos das guardas adjacentes. (Vieira, 1993, p. 63).



Fig. 11. Núcleo Medieval (Citadela)



Fig. 12. Rua dos Quartéis

3.4 - Olivença

A vila de Olivença foi dos primeiros núcleos onde se levantaram trincheiras desde 1641, obras acompanhadas pelo engenheiro militar João Gillot, porque se situava na primeira linha de defesa do Alentejo, como Juromenha e Elvas e situada *além-Guadiana*. O projecto definitivo é projectado por João Paschasio Cosmader, e a obra inicia-se em 1645, e em 1654 solicitava-se financiamento para terminar as obras como o revestimento das muralhas com pedra e cal (Valla, 2007, p. 400). A linha de cintura era bastante dilatada, e continha nove baluartes envolvendo dois recintos medievais, um dos quais era cercado por muralhas onde se localizava a Torre de Menagem, e inseria os arrabaldes que se tinham desenvolvido nos finais o séc. XVI (Vieira, 1999, p.122). Esta Praça-Forte, pela sua localização estratégica exigia, como Elvas, a permanência de uma guarnição de grande dimensão, que teve que enfrentar vários cercos desde o início das guerras da Restauração, nomeadamente em 1648, que levou à morte de Cosmader, e em 1649 o Rei ordenou a construção de quartéis anexos às muralhas (Blanco, 2018, p. 49).

Após a paz de 1668, a reestruturação do exército vai criar novas estruturas em Olivença, com dois regimentos de infantaria e um de cavalaria, que vão obrigar à construção das suas instalações para 1.500 homens e 400 cavalos. (Garcia, 2005, p. 105-106). Os primeiros equipamentos militares ocuparam o primeiro núcleo medieval constituindo uma Praça de Armas, onde se localizava a Igreja Matriz. O Assento, edificado na segunda metade do séc. XVIII, marca a sua presença nesse espaço, e também outros quartéis se vão construindo na sua área anexa como o Quartel de Infantaria do Pozo que se desenvolvia em torno de um pátio central.

Outros equipamentos militares implantaram-se junto à Estrada Armas, como o Quartel da Cavalaria anexo ao Baluarte do Príncipe, assim como o denominado Quartel de São Carlos, onde se armazenava a palha para alimentação dos cavalos, configurando um largo (fig. 17). Essas estruturas militares marcavam a periferia militar junto à linha das fortificações, assim como o Hospital Militar situado no baluarte S. João de Deus, que nos aparecem referenciados na cartografia de Miguel Luiz Jacob (fig. 13). Os Quartéis do Calvário, hoje desaparecidos, também se situavam junto à Porta do Calvário, e eram compostos por dois corpos rectangulares separados por um pátio comum.

Em 1699, foi solicitado a edificação do Quartel da Cavalaria, financiado por impostos, como o “*Real d’Água*” desviado para este efeito, assim como era utilizado para a construção da cintura abaluartada. Este quartel é denominado, em 1742, Regimento dos Dragões de Olivença, e em 1762 torna-se o Regimento da Cavalaria, que vai albergar 12 esquadrões com 40 cavalos a cada companhia (Cayetano Rosado, 2018, p.159). O edifício, apresenta uma forma rectangular com 104 metros de comprimento e é o exemplo duma tipologia mais erudita, que para além da multiplicação do módulo em 22 unidades, caracteriza-se por situar as cavaleriças no piso térreo e o alojamento no primeiro piso com acesso através de duas escadarias centrais adossadas às duas fachadas (fig. 14-16). As chaminés situam-se no topo das duas águas do telhado e o exterior é rebocado com cal branca tradicional do Alentejo, mas a sua monumentalidade é expressa pelo seu comprimento, e pela escadaria que afirma a centralidade e simetria, marcando a presença do corpo do exército no espaço urbano.

O projecto apresentado por Manuel de Azevedo Fortes na sua obra *O Engenheiro Português*, como exemplo de um modelo racional para quartéis, representa a tipologia aplicada neste Quartel da Cavalaria em Olivença, mas era destinado para o Regimento em Moura que não foi concretizado; “*esta planta foy feita para os Quartéis de Cavalaria da Praça de Moura, que aqui trago para exemplo, dos cortes, profis, ou elevações, e das fachadas*” (Fortes, 1993, Tomo I, p.445). Neste projecto a planta do rés-do-chão correspondia às cavaleriças com abóbadas, e no primeiro piso era dividido por módulos, ou casernas onde se alojavam quatro soldados, com uma janela, e lareira, cuja chaminé marcava a fachada do edifício. Uma escadaria exterior, enquadrava a porta principal das cavaleriças, e dava acesso à galeria central de distribuição iluminada por janelas nos topos do edifício, onde também existiam portas de entrada às cavaleriças (fig. 18)

Este edifício do Regimento de Cavalaria em Olivença foi alterado em 1762, por ordem do Marquês de Pombal, através do projecto de autoria de António Luiz de Azevedo, que propunha acrescentar dois módulos para armazém de armas e apetrechos nos topos do edifício, mas que não foram executados de acordo com este desenho (Garcia, 2005, pp.111-3). As janelas foram reformuladas com molduras em mármore, assim como os cunhais da escadaria. Actualmente este equipamento tem várias funções públicas como as instalações da Universidade Popular, preservando esse património militar.

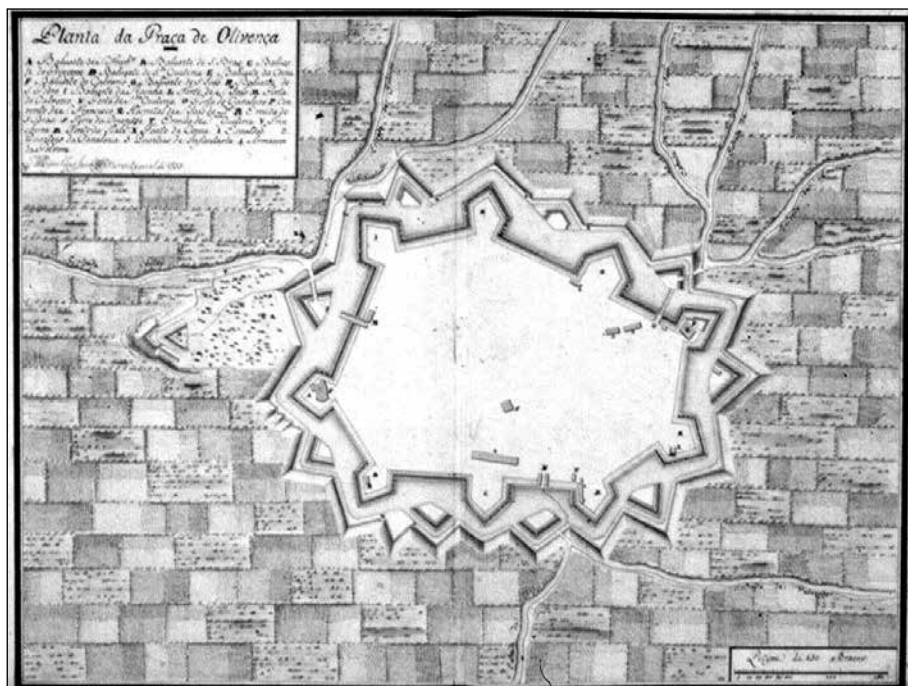


Fig. 13. “Planta da Praça de Olivença”, Praças do Alentejo, Miguel Luis Jacob, 1755, PT - EAEM/DIE - Cota - 1390-3-40-livro.



Fig. 14. Fachada principal, Quartel de Cavalaria



Fig. 15, 16. Escadaria principal, e Escadaria da fachada posterior, Quartel de Cavalaria



Fig. 17. Quartel de S. Carlos (Armazém de palha)

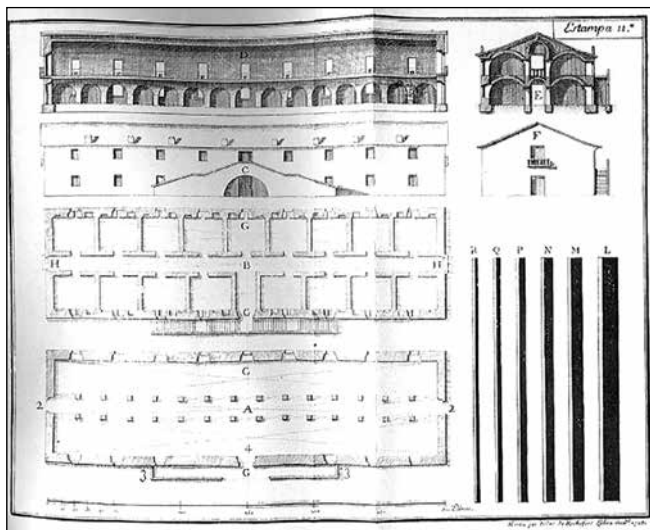


Fig. 18. Quartel de Cavalaria, O Engenheiro Português. Tomo I, Estampa 11ª, Manuel de Azevedo Fortes, 1729

3.5 - Moura

No Baixo Alentejo, a vila de Moura era a retaguarda de vários núcleos da raia como Safara, Santo Aleixo e Mourão, e também representava a primeira linha para defender a cidade de Beja e Serpa. No primeiro período de guerras, foram levantadas trincheiras, mas o Governador da Praça solicitava que Moura se tornasse uma Praça fortificada ao “moderno”, para albergar uma grande guarnição. Mas só a partir de 1657 se deu início à discussão dos vários projectos apresentados, e a obra foi acompanhada por Pedro de Santa Colomba, substituindo Nicolau de Langres, com uma linha de fortificação que abrangia uma grande área urbana, adicionada com obras exteriores de forma a enquadrar os conventos.

No castelejo, as instalações do poder local foram ocupadas por equipamentos militares, com armazéns e paiol, e o despovoamento nesta área foi crescendo tornando-se uma Praça de Armas, mantendo-se o convento da N. Sr^a da Assunção. Em 1657, o hospital militar São João de Deus, implantou-se na área de expansão urbana junto à Porta Nova.

A população solicitava desde 1646 que fossem construídos quartéis para evitar o abotelamento dos soldados nas suas habitações. Em 1656, estava alojado um terço pago de infantaria com 1500 homens e três companhias pagas de cavalaria perfazendo um total de 1640 militares (Borges, 2015, p. 206). Mas só no início do séc. XVIII foram construídos dois edifícios para quartéis, um dos quais de grande dimensão junto ao Baluarte de St.^a Justa. Este último quartel, de forma rectangular, é composto por 44 casernas, com 8 casernas altas e 12 baixas para Sul, 12 altas e 12 baixas para o Norte, e em cada lado contem um passadiço para as casernas altas em todo o seu prolongamento, sendo os habitantes que mais concorreram para tais despesas (Matta, 1991, p. 28) (fig. 19).

Este projecto é atribuído ao engenheiro militar António Rodrigues e constitui um exemplo da evolução das estruturas militares, pela sua racionalidade funcional, com acesso ao piso superior através de uma galeria exterior, mas também pela sua estética com arcadas aplicadas na fachada do piso térreo, e uma escadaria de acesso colocada no topo do edifício (fig. 21,22). Este equipamento, como foi referido, não correspondeu ao projecto desenhado por Manuel Azevedo Fortes, apresenta uma tipologia semelhante ao Quartel das Esquadras de Almeida, edificado na mesma época, a sua particularidade é a capela N.^o Senhor Jesus dos Quartéis situada no centro deste complexo

(fig.20). Também apresenta características da arquitectura tradicional com paredes em alvenaria rebocada em branco e telhado de duas águas onde se situam as chaminés no seu topo, que diferenciam das primeiras tipologias edificadas no século XVII.

Depois das sucessivas invasões no séc. XVIII, que provocaram algumas destruições no final desse século estavam referenciados 11 quartéis na vila com capacidade para 1000 1200 soldados, alguns dos quais instalados nos corpos das guardas anexos às portas de vila (Macias, 2006, p. 28). Em 1805, a Praça de Moura veio perder a sua função militar, e o material de artilharia foi deslocado para Elvas. O edifício dos quartéis, como simbologia do património militar, foi recuperado nestes últimos anos para utilização de vários tipos de actividades, assim como a sua área envolvente foi requalificada.



Fig. 19. Quartéis de Infantaria (Fachada Oeste)



Fig. 20. Ermida do Sr.º Jesus dos Quartéis



Fig. 21, 22. Quartéis de Infantaria (Fachada Este) e Escadaria de acesso ao 1º piso.

3.6 - Estremoz

Em 1640, Estremoz iria servir de retaguarda às Praças-Fortes da primeira linha de defesa do Alentejo, que se denominou o *Arsenal* do Alentejo. Em 1644, uma fábrica de pólvora foi construída junto á ribeira da vila e funcionava como armazém principal de munições e armas da província pela sua localização estratégica, tendo o seu exército apoiado todas as importantes batalhas no período das Guerras da Restauração.

As primeiras obras para defesa da vila começaram em 1641, cujo Governador da Praça ordenou aos moradores que levantassem uma trincheira de terra e de faxina cujas despesas seriam atribuídas ao poder local. As primeiras obras foram desenhadas por Cosmader, e correspondem à construção de pequenos baluartes adossados à cintura das muralhas medievais, onde o Paço Real e Igreja Matriz se localizavam. Mais tarde, no Bairro de Santiago também se acrescentou baluartes na perspectiva que todo o núcleo medieval funcionasse como cidadela.

Em 1662, a maior parte da vila não apresentava obras de fortificação consolidadas, que correspondia à sua área urbana de expansão que se desenvolveu a partir do séc. XVI. O Conde de Shomberg desenhou um reduto na pequena colina de Santa Barbara, e lançou duas linhas de comunicação do forte à vila que serviu de quartel às tropas que combateram o exército comandado por D. João da Áustria (Conde de Ericeira, 1946, vol.III, p.404). Depois da Batalha do Ameixial (1663), o Governador das Armas do Alentejo, o Conde de Mesquitela, fixou a sua residência em Estremoz, exigindo um novo projecto para defesa da vila que afirmava a sua função de Quartel-General do Alentejo, com o alojamento de um grande exército.

O novo projecto desenhado por Luís Serrão Pimentel propunha o alargamento de perímetro urbano abrangendo toda a parte baixa da vila, como o Rossio onde se localizavam o Convento de S. Francisco (séc. XIII) e o Convento das Maltezas (séc. XVI), de forma que o inimigo não pudesse ocupar esses complexos (Pimentel, 1680, p. 324). Neste projecto, acentuou-se a importância da cidadela, e onde se implantou os primeiros edifícios militares, como o Paiol e o Trem principal que ocuparam o Paço Real. O Assento instalou-se nos antigos Paços do Concelho, transformando o largo principal do núcleo medieval numa Praça de Armas.

O alojamento dos militares tornou-se também uma prioridade, e foi necessário construir quartéis no Bairro de Santiago. O Quartel do Terreiro do Loureiro junto á porta da Lage que dava acesso ao recinto principal, apresentam um piso térreo marcado pelas portas e chaminés na sua fachada, com características de arquitectura vernacular, como os primeiros quartéis em Elvas (fig. 23, 24) Os Quartéis de Santa Maria, implantados no pequeno largo na Rua Direita desse núcleo, caracterizava-se pela mesma linguagem arquitectónica, mas composto por dois pequenos conjuntos separados por uma pequena rua ou pátio, e apresenta dois pisos com galerias de acesso através de escadarias situadas no topo das fachadas (fig. 25,26).

Após a explosão do paiol na cidadela em 1698, destruindo inúmeras casas, criaram-se novos equipamentos militares, assim como o forte de São José foi reformulado em 1703, pelo engenheiro militar Manuel da Maia. O Quartel-General implantou-se em 1704 no Rossio, onde se alojavam as chefias militares e os órgãos de representação do poder central, marcando assim a presença militar nesse espaço público, utilizado para reunião do exército. No início do séc. XVIII outros edifícios militares foram construídos, como o hospital militar de São João de Deus (1720) junto à porta de Santa Catarina, assim como cavalariças, armazéns, e paiol, foram anexados num troço das muralhas, na zona baixa da vila. Os Quartéis dos Telheiros foram erguidos junto ao Quartel-General e eram constituídos por dois edifícios rectangulares de dois pisos, onde as casernas apresentavam uma grande área de alojamento, e tinham acesso através de um pátio central, que por sua vez comunicava com a rua através de um arco (fig.27).

Em paralelo, o rei D. João V ordena a reconstrução das instalações militares na cidadela, transformando os antigos Paços Reais num Armazém para conter 40.000 armas, constituindo uma obra de arquitectura militar monumental, de autoria de Eugénio dos Santos. Na guerra da Sucessão de Espanha, desde 1705 até à paz de 1715, várias vezes as tropas saíram de Estremoz para apoiar as investidas em território castelhano, ou defender certas posições no território português, o que obrigou à necessidade de criar, em 1735, o Regimento de Artilharia em Estremoz que prevaleceu até 1778. Entre 1736-39, foram construídos na cidadela o Assento Real e o novo Paiol, desenhados pelo engenheiro-mór Manuel de Azevedo Fortes, que reafirma a função dos engenheiros militares como arquitectos destes equipamentos, e a importância da Praça de Estremoz como Quartel-General do Alentejo. (Valla, 2017, p.27).

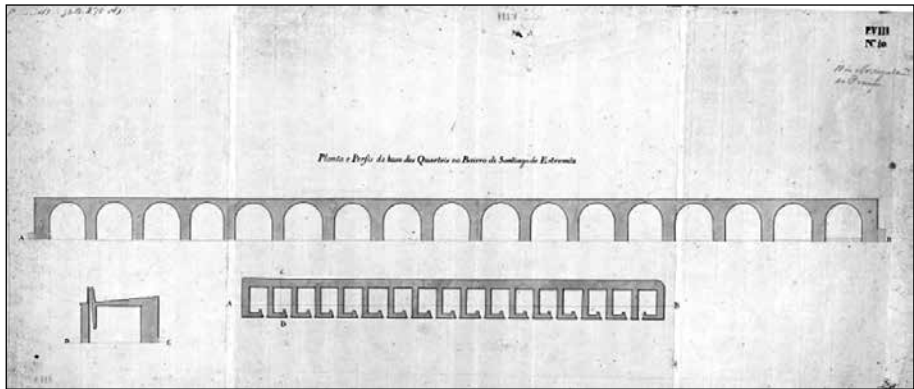


Fig. 23. Planta e perfis de hum dos quartéis no Bairro de Santiago de Estremoz, s.d., PT-GEAEM/DIE-Cota - 4249/l-1A-15-20



Fig. 24. Quartéis do Terreiro do Loureiro, Bairro de Santiago



Fig. 25, 26. Quartéis de St.ª Maria, Bairro de Santiago



Fig. 27. Quartel dos Telheiros

3.7 - Évora

A cidade de Évora, como um dos centros urbanos mais importantes do Alentejo, situava-se numa terceira linha de defesa, o seu sistema de fortificação moderna consistiu na construção de baluartes adossados à muralha medieval, a denominada cerca Fernandina iniciada no séc. XIV e de grande dimensão. Assim como foi edificado o Forte de Santo António enquadrando o convento dos Capuchos de N.ª Srª da Piedade, e o Aqueduto como uma forma de o proteger, equipamento essencial para a cidade.

No reinado de D. João V instalou-se em 1736, o Regimento da Cavalaria nº5, denominado Quartel dos Dragões, no antigo *Castelo Novo* (1518-1528) desenhado por Diogo de Arruda, como modelo aplicado no reinado de D. Manuel em Portugal e além-mar (Túlio Espanca, 1993, p.116). Este edifício funcionava como Celeiro comum, quando foi ocupado pelas instalações militares, as cavalariças funcionavam no piso térreo, e o alojamento dos militares no primeiro piso, com instalações mais elaboradas na sua funcionalidade e higiene (fig. 28). Outras obras de alteração foram dirigidas pelo engenheiro militar Miguel Luís Jacob, que projectou um segundo piso, mantendo os quatro torreões ou baluartes, e reutilizando as cortinas para anexar os novos edifícios em torno do pátio ou Praça de Armas, com uma dupla construção interior e exterior à cortina norte, dignificando essa fachada monumental com um grande portal com as armas e escudos reais, como também se pode verificar no portal do Trem em Elvas (fig. 29-32)

As obras deste edificado estiveram interrompidas pelas guerras que se sucederam nesse século, e só em 1795 foi possível reiniciarem e terminaram em 1807, onde esteve instalado o Regimento de Infantaria 16 e presentemente o Comando de Instrução e Doutrina do Exército. Este equipamento representa a evolução do exército como representação do Estado que se afirmava com uma arquitectura erudita projectada pelos engenheiros militares que obtinham esse estatuto na Academia Militar fundada desde 1647.

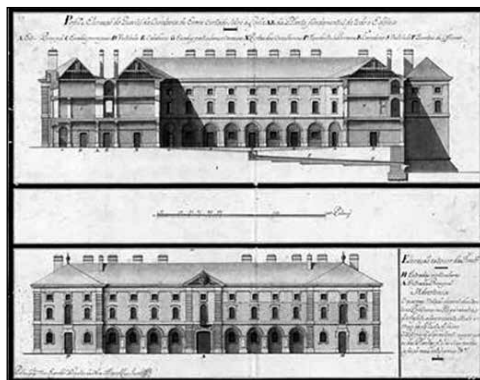
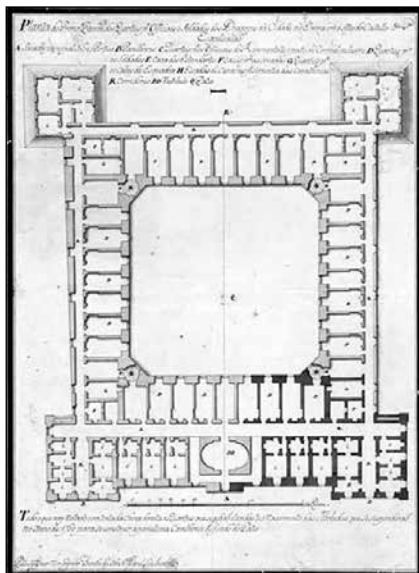


Fig. 28. Planta do prim.ro pavim.to dos quartéis p.a officiaes e soldados dos Dragoens da cidade de Evora em o sítio do Castello, séc. XVII, Miguel Luiz Jacob, PT-GEAEM/DIE-Cota -1832-1A-15A-21.

Fig.29. Perfil e elevação do quartel da cavalaria de Evora. Séc. XVIII, Miguel Luiz Jacob, PT-GEAEM/DIE-Cota - 1834-1A-15-20.



Fig, 30. Pórtico do Quartel dos Dragões de Évora



Fig. 31,32. Fachada principal e Praça de Armas (pátio interior) do Quartel dos Dragões de Évora

4. APROPRIAÇÃO DOS CONVENTOS COMO ESTRUTURAS MILITARES

Os equipamentos militares, embora continuando a funcionar independente da sociedade civil, enquadravam-se no tecido urbano, ocupando terrenos livres ou instalando-se em edifícios existentes. Por outro lado, a necessidade de construir novas edificações obrigava à reestruturação do tecido urbano, que já tinha sido alterado face à definição da nova linha de cintura de fortificações.

A uniformidade da arquitectura dos edifícios militares, deve-se sobretudo à racionalidade tanto construtiva como estética. Os primeiros equipamentos, como os quartéis, que teriam de sobrevalorizar a economia e ter em conta a sua escala integrada no contexto urbano. À medida que o exército se consolidava a partir dos finais do séc. XVII, as estruturas adquiriram uma grande dimensão, e a sua linguagem arquitectónica era enriquecida como demonstração da importância que o exército representava na defesa do Estado, como é expressa nos equipamentos militares do reinado de D. João V.

Com a reestruturação do exército a partir de 1762, a arquitectura dos edifícios militares projectada pelos engenheiros militares anunciava uma arquitectura baseada em critérios mais tecnológicos, utilitários e com melhores condições de higiene representados por grandes complexos como o Quartel de Campo de Ourique em Lisboa, edificado na periferia de Lisboa por ordem do Conde de Lippe, e o Quartel da Ajuda também construído na mesma época, e situado na área envolvente do novo Palácio Real pós-terramoto de 1755.

A lei da abolição das ordens religiosas em 1832 em Portugal, e a apropriação das suas instalações em Portugal veio dar origem à ocupação destes

edifícios para funções públicas, frequentemente destinadas a equipamento militar, como quartéis ou hospitais militares. A orgânica e funcionamento do alojamento dos militares, como estruturas autónomas na cidade, regidas com leis internas e regras próprias, adequavam-se perfeitamente ao espaço conventual.

Os conventos, mesmo antes da aplicação desse decreto, eram já reconhecidos para alojamento do exército inimigo, quando se localizavam fora do alcance do tiro das fortificações da Praça-Forte. No cerco de Évora, em 1663, que deu origem à Batalha do Ameixial, vários foram os conventos situados na sua área envolvente que serviram de quartel às tropas castelhanas de D. João da Áustria, como o Forte de Santo António, que ainda não estava terminado nessa data e foi abandonado perante o inimigo, assim como o Convento de Cartuxa foi utilizado para hospital militar de campanha.

As novas muralhas modernas levariam normalmente a inserir os conventos dentro do recinto fortificado, noutras situações os conventos foram destruídos por se localizarem na linha da fortificação, quando esta já era de grande dimensão, como em Campo Maior. Os conventos também foram inseridos em fortes ou obras exteriores, como em Moura e Castelo de Vide, e fomentaram grandes discussões entre o poder central e os Governadores das Praças.

A arquitectura de um convento organizava-se sempre de uma forma muito racionalizada, de acordo com o regulamento severo das ordens religiosas. A apropriação erudita do espaço exprimia não só critérios de orgânica funcional, com uma distribuição de percursos em volta dos claustros como domínio da escala arquitectónica referente a espaços interiorizados. As características tipológicas dos quartéis era a multiplicação do módulo, que representava ordem e economia, modelo já aplicado nos conventos, na distribuição das celas individuais que tinham essa dupla função de retiro e de dormitório, enquanto o esquadrão utilizava o módulo somente para repouso.

Por isso a adaptação dos conventos aos quartéis era baseada nessa racionalidade, onde se acrescentava a função do espaço de armazenamento dos víveres para alimentação, que correspondiam ao Assento, e que agora funcionaria no mesmo espaço que marcava a sua independência face às actividades urbanas, como se tivesse a mesma função de cidadela. Mas acentuava-se desta forma uma relação mais directa das estruturas militares com o tecido urbano existente, porque os conventos eram muitas vezes os edifícios dominantes nas praças ou largos.

Em Elvas, o equipamento militar aumentou com a ocupação do convento de S. Domingues, onde se albergou o regimento de Cavalaria, e o convento de S. Paulo, que tinha sido reedificado e inserido na nova cintura de fortificação, substituindo o antigo convento que foi demolido por se situar na sua área envolvente, serviu de instalações ao Regimento de Caçadores, mais tarde passou a ser o Tribunal Militar do Sul.

Em Moura, o convento de St^a Clara foi ocupado para quartéis de cavalaria no início do séc. XIX, assim como o convento N. Sr.^a de Assunção em Castelo de Vide. No Alentejo, nas principais cidades como Évora e Beja, as estruturas militares são aumentadas, e os conventos da Graça e do Colégio do Espírito Santo em Évora transformaram-se em quartéis. Na cidade de Beja, em 1838, o Regimento de Infantaria ocupa as instalações do convento de S. Francisco, posteriormente esse regimento desloca-se, em 1956, para um novo complexo composto por vários edifícios. Essa política verificou-se em todo o território português, como em Lisboa, como capital, onde inúmeros conventos foram ocupados, onde se destaca o convento da Graça, onde actualmente já não funciona como estrutura militar face à reformulação do exército, que levanta outras questões que é a preservação desse património.

Nesta perspectiva, em 1875, o quartel do Regimento de Cavalaria nº 3, ou denominado Dragões de Olivença, instalou-se em Estremoz no convento de S. Francisco, e traduz essa adaptação às instalações conventuais (fig. 33). Um novo projecto acrescentou o edifício das cavaliças e ocupou outros espaços como um palácio, constituindo um conjunto que marca, ainda hoje a presença militar no centro cidade, agregando os quartéis mais antigos junto ao Rossio, e como o símbolo do papel de Estremoz na defesa do Alentejo (fig.34,35).

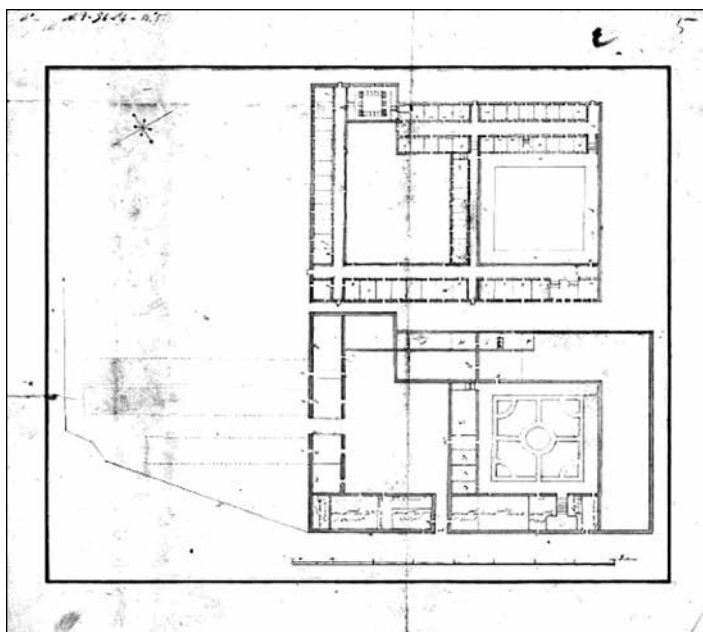


Fig. 33. Quartel de S. Francisco, em Estremoz: Plantas do 10 e 20 pavimentos, s.d.,
PT-GAEM/DIE-Cota - 4247/VI-1A-15A-21





Fig. 34,35. Quartel do Regimento da Cavalaria 3/ Dragões de Olivença (Convento de S. Francisco)

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Luís Marinho de, *Commentarios dos Valerosos Feitos, que os Portuguezes Obra-ram em Defesa de Seu Rey*, Lisboa, 1644, B.P.D.V.V., Ms 106.

BLANCO, Julián Garcia, 2018. "Las fortificación Abaluartada de Olivenza en el Siglo XVII. Origen y Desarrollo", *I Jornadas sobre Fortificaciones Abaluartadas y el papel de Olivenza en el sistema luso-espanhol*. Olivenza: Asociación Limbo Cultura, pp. 35-76.

BORGES, Emília Salvado Borges, 2015. *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*. Lisboa: Edições Colibri.

Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e D. Afonso VI, Vol. I, 1940. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

CAYETANO ROSADO, Moisés, 2018. "El Papel de Olivenza en la Candidatura a Patrimonio Mundial de la Raya Abaluartada", *I Jornadas sobre Fortificaciones Abaluartadas y el papel de Olivenza en el sistema luso-espanhol*. Olivenza: Asociación Limbo Cultura, pp. 143-169.

CORTÉS, Fernando Cortés, 1990. *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte.

COSTA, Fernando Dores, 2001. "Formação da Força Militar durante a Guerra da Restauração", *Revista Penépole* nº 24. Oeiras: Celta Editora.

DIDIER, M. L'Abbé, 1742. *Le Parfait Ingenieur François*. Paris: Charles-Antoine Jomber.

CHABY, Cláudio de, 1872. *Synopse dos Decretos Remetidos ao Extinto Conselho da Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ERICEIRA, Conde, 1945-6. *História do Portugal Restaurado*, anot. António Álvaro Dória, 4 vols Porto: Livraria Civilização.

ESPANCA, Túlio, 1993. *Évora*. Lisboa: Editorial Presença.

FORTES, Manuel de Azevedo, 1993. *O Engenheiro Português*, 2 Vols. Lisboa: Direcção da Arma da Engenharia.

GAMA, Eurico, 1965. *A Vida Quotidiana em Elvas, Durante o Cerco e a Batalha das "Linhas de Elvas"*. Elvas: ed. Autor.

GARCÍA, Rosa Maria Sánchez, 2005. "Los edificios militares de la Plaza de Olivenza", *Norba-Revista de Arte*, nº 25. Badajoz: Universidade de Extremadura, pp.103-127.

LANGRES, Nicolau, 1650. *Desenhos e Plantas de todas as Praças do Reyno de Portugal*. BNP, Ms. COD. 7745.

LIMA, Miguel Pedroso de, 1993. *O Recinto Amuralhado de Évora*. Estar Editora

LOBO, Francisco Sousa, 2008. "A Defesa Militar no Alentejo", *Revista Monumentos* nº28. Lisboa: IHRU.

MACIAS, Santiago, GASPARG, Vanessa, 2005. *Fortificações Modernas de Moura*. Moura: CMM.

MATTA, José Avelino da Silva e, 1991, *Anais de Moura (1855)*. Moura: CMM.

PIMENTEL, Luís Serrão, 1680. *O Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Direcção das Armas da Engenharia.

SEPÚLVEDA, Chrisovtam Ayres de Magalhães, 1923. *História Orgânica e política do Exército Português, Provas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

VALLA, Margarida -

- 1999, com TEIXEIRA, Manuel C. *Urbanismo Português, Séculos XII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.

- 2007. *Os Engenheiros Militares no Planeamento das Cidades entre a Restauração e D. João V, 1660-1750*, (tese policopiada), Doutoramento, História da Arte, FLUL.

- 2008, "A Praça-Forte de Elvas: a cidade e o território", *Monumentos* nº8. Lisboa: IHRU.

- 2009. "A Vila de Juromenha: O Paradigma da Restauração". *ARTIS*, nº7-8, *Revista do IHA/FLUL*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp.207-234.

- 2017, "A Paisagem urbana de Estremoz e a Fortificação "Moderna". *Diálogos com História e Património. Ciclo de Conferências*. Estremoz: Cadernos – CIDADE.

VENTURA, António, 1993. "Alguns Documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre", in *Revista a cidade* nº 8, *Revista Cultural de Portalegre*. Portalegre: Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, pp. 257-285.

VIDEIRA, César, 1908. *Memoria Histórica da Muito Notável Villa de Castello de Vide*, Lisboa: Empresa da História de Portugal.

VIEIRA, Rui Rosado -

-1993. *Castelo de Vide, Alguns Números sobre uma Época de Guerra (1800-1812)*. Lisboa: Edições Colibri.

-1999. *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço, Campo Maior, Elvas e Olivença*. Lisboa: Livros Horizonte.